

PAGAMENTO DOS ATRASADOS, O NÓ DA RENEGOCIAÇÃO.

DENISE CAMPOS DE TOLEDO

O presidente do Banco de Tokyo, Takanori Suzuki, que já está há 17 anos no Brasil, com alguns intervalos no Japão, não acredita em acordo com os credores nas bases propostas pelo Brasil. Na sua opinião, a renegociação só voltará a fluir quando o País aceitar pagar pelo menos parte dos juros atrasados. Com isso, pensa, o acordo sairia mais rapidamente e o País ainda poderia ter acesso aos recursos do FMI e do Fundo Nakasone. Ainda assim, disse Takanori ao **Jornal da Tarde**, novos investimentos só mesmo quando o investidor estrangeiro tiver certeza de que encontrará uma situação mais estável. O Banco de Tokyo representa nas negociações os bancos japoneses e asiáticos, que detêm cerca de 17% da dívida externa brasileira. Isoladamente, seus créditos já chegam a US\$ 1,2 bilhão.

Jornal da Tarde — O sr. vê alguma possibilidade de acordo na renegociação da dívida externa com base na proposta apresentada pelo governo brasileiro?

Takanori Suzuki — Os bancos credores já apresentaram um memorando sobre os princípios de negociação. A primeira dificuldade a ser eliminada é em relação ao pagamento dos juros atrasados. O Brasil simplesmente pediu o reescalonamento. Isso quer dizer que não tem intenção de pagar os atrasados.

Os credores admitem a possibilidade de parte dos atrasados ser paga com recursos provenientes de um empréstimo-ponte?

Não, porque o registro contábil do pagamento aumentaria artificialmente a receita e em cima disso os bancos teriam de pagar mais imposto.

Além dessa questão dos juros, qual o outro ponto que o sr. acha que vai dificultar o acordo?

A idéia do bônus pode ser aproveitada, mas o prazo deveria ser diminuído. Ninguém ob-



Takanori Suzuki, do Banco de Tokyo: sem o pagamento dos juros em atraso, é difícil um acordo com os credores.

teve 45 anos até agora.

Mas o governo admite uma antecipação do resgate, no caso de os bancos concordarem em participar dos leilões.

Quem quisesse participar teria de oferecer um desconto. A maioria dos bancos credores não aceitaria.

O Brasil pode pagar parte dos atrasados, dois ou três bilhões.

O governo brasileiro admite negociar, mas não abre mão de pontos básicos, como a determinação de só pagar se houver um superávit na contas públicas. Poderíamos chegar a um impasse nas negociações?

Para movimentar o que está parado, ambas as partes devem ceder um pouco. O Brasil pode, por exemplo, pagar uma parte dos atrasados com as reservas que já possui. Pode pagar dois ou três bilhões, e aí as conversas recomeçam. Dá para fechar um acordo com o FMI, que desembolsaria os US\$ 2 bilhões já prometidos. Depois de fechado o acordo, o Brasil também pode-

ria contar com recursos do Fundo Nakasone.

O sr. acredita que o Brasil tem condições de pagar mais do que está propondo?

O saldo comercial está diminuindo, e a única forma de aumentá-lo é ampliar as exportações. Mas com a defasagem cambial isso fica mais difícil. Hoje em dia o cruzeiro está tão forte que o turista está pagando diárias de hotéis mais caras que em outras partes do mundo.

O sr. acredita que a maior dificuldade enfrentada pelos exportadores é a defasagem cambial?

É. Naturalmente, a indústria vai levar de dois a três anos para adquirir maior competitividade, melhorando qualidade, diminuindo custos. As exportações não crescem mais por causa da defasagem, em torno de 25%.

O governo já anunciou a capacidade de pagamento para o próximo ano. Os credores contavam com um pagamento maior?

Um pouco maior. A previsão foi feita dentro do que o Brasil espera de superávit. Mas se aumentar a exportação, conseguir dinheiro novo ou novos investi-

mentos estrangeiros, poderá pagar mais.

Os credores também estão, de certa forma, dificultando uma expansão das exportações, já que estão reduzindo as linhas de financiamento de curto prazo.

Resolvendo o problema dos juros atrasados, a gente senta à mesa de negociação e volta tudo. No caso do Banco de Tokyo, nós não estamos reduzindo as linhas ou diminuindo o prazo. Mas alguns bancos podem estar dizendo "chega".

Se o Brasil pagar mais do que está prometendo o custo do ajuste interno não poderá aumentar?

Não. Já tem reserva acumulada. Além disso, os bancos entendem que não há possibilidade de liquidar tudo. Depois, aumentando a exportação as divisas vão ser recuperadas.

E qual é a sua opinião em relação ao ajuste que o governo está fazendo internamente?

Acho que o remédio está um pouco forte demais. Acho que deveria dar um pouco mais de tempo para a indústria se preparar, adquirindo competitividade, já que na década de 80 prati-

camente não houve grandes investimentos na área industrial.

O sr. acha que o remédio está sendo forte apenas na abertura da economia ou também no enxugamento de liquidez.

Principalmente em relação ao aperto de liquidez e à taxa cambial. Os dois deveriam ser aliviados. A importação, apesar da falta de dinheiro, está aumentando, mas o que deve ser importado são máquinas, equipamentos, e o que está sendo importado agora são bens de consumo, coisas de luxo.

Quais as principais dificuldades que os bancos enfrentam?

Nós estamos com dificuldades principalmente no recebimento do setor público, começando pelo caso da Siderbrás. E nossos clientes também estão sofrendo com o atraso no pagamento das estatais. Os empreiteiros não recebendo, atrasam o pagamento para os fornecedores, que atrasam o pagamento para os bancos...

O investidor estrangeiro exige a estabilidade

O Banco de Tokyo tem interesse em participar do programa de privatização, não é?

Nós estamos estudando a criação de fundos no Exterior para a utilização das DFAs (títulos da dívida), e aqui dentro do País para os CPs e os cruzados novos. Nós já estamos terminando os estudos, só que o governo ainda não definiu as regras para esses fundos.

Além da renegociação da dívida, o que o sr. acha que os investidores estrangeiros esperam para voltar a investir no Brasil?

O que o investidor estrangeiro exige, antes de mais nada, é a estabilidade do País. Estabilidade econômica, política e social. Atualmente, existem vários países no mundo oferecendo essas condições. Um exemplo é o Leste Europeu.

Negociações com os bancos recomeçam na terça-feira

O negociador especial para assuntos da dívida externa, embaixador Jório Dauster, viaja segunda-feira à noite para Nova York onde, a partir de terça-feira, volta a se encontrar com os 22 representantes do comitê assessor dos bancos. Dauster viaja acompanhado por uma equipe de técnicos do Banco Central e espera receber dos banqueiros uma contraproposta ao esquema de refinanciamento da dívida externa.

A proposta brasileira sugere a troca de débitos no valor de US\$ 61 bilhões por títulos com vencimentos em 15, 25 e 45 anos e coloca os juros atrasados, de US\$ 8 bilhões, no pacote global a ser refinanciado. Essas condições foram duramente criticadas pelos bancos.

Nos encontros da próxima semana, os bancos terão como trunfo um relatório preparado pela subcomissão de economia que enviaram a Brasília, em meados de outubro, para colher dados sobre a economia brasileira. Esse documento servirá de base à contraproposta dos bancos, que resistem à idéia de nada receber dos juros atrasados.

Conforme informa o correspondente **Paulo Sotero**, de Washington, os bancos credores devem propor ao Brasil um acordo de curto prazo para resolver o problema dos juros atrasados. Segundo as fontes, a proposta deverá seguir o mesmo padrão do acordo parcial negociado no segundo semestre de 1987 pelo então ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, para encerrar a moratória decretada em fevereiro daquele ano. No acordo de 1987, o Brasil assumiu o pagamento de um terço dos juros em atraso e os bancos refinanciaram o restante.